

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (CEC)

27.08.2019

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA (CEC)

27.08.2019

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Boa tarde. Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª reunião ordinária da Comissão de Educação e Cultura da primeira sessão legislativa da 19ª Legislatura. Registro a presença dos nobres deputados e deputada: Valeria Bolsonaro; eu, Professora Bebel; deputado Roberto Engler – desculpa, deputada, eu não disse “Deputada Valeria Bolsonaro” –; deputado Gilmaci Santos; deputado Daniel José; deputado Bruno Ganem; deputado Carlos Giannazi. Boa tarde para os senhores e para a senhora deputada.

Eu fiz assim, por conta de nós termos aqui... É, então, eu solicito ao secretário a leitura da Ata da última reunião.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Com a palavra, deputada Valeria Bolsonaro.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Pediria a dispensa da leitura.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Os deputados que... É regimental o pedido de V. Exa., os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Fica considerada aprovada a décima reunião ordinária desta Comissão de Educação.

Eu gostaria, porque, veja bem, até em função da incerteza até sexta-feira, se viria o secretário ou a representação do secretário para esta Comissão, eu coloquei uma pauta, mas eu estou neste momento pedindo para V. Exas. a inversão do ponto da pauta, aliás da ordem dos trabalhos. Em havendo acordo, eu chamo então os convidados para a Mesa.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Com a palavra, deputado Gilmaci Santos.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Eu queria discordar de V. Exa., acho que nós temos que colocar a pauta normalmente aqui, são poucos itens, e depois fazemos então a palestra, a fala do representante da Secretaria, mesmo porque poderiam ficar à vontade. Se nós começamos, pode demorar, e nós vamos deixar essa pauta sem ser aprovada. Sei que nós conseguiríamos fazer em pouco tempo e ficaríamos à vontade para ouvir o representante da Secretaria. É a minha sugestão, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Deputado Gilmaci, nós temos 19 itens na pauta. Eu sei que V. Exa. tem, assim, todo o cuidado, mas eu acredito que, como a gente tem um convidado aqui na Casa, o correto seria o convidado falar e nós, então, passarmos para a pauta.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente, eu gostaria então que fosse colocado em votação se é regimental essas duas sugestões, a de V. Exa. e a minha, negócio de lente e a minha para que pudéssemos...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Como vota a deputada Valeria... Pois não, deputado Engler.

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Gostaria nesse instante de solicitar vista de todos que não tenha citado anteriormente, para podermos ouvir o nosso convidado.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - O senhor pediu vista... Eu acato então, é regimental o pedido de V. Exa., muito obrigada deputado Engler.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente. O senhor está pedindo vista de todos que o senhor não pediu? Todos. Tem algum?

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Deixa a secretária informar, por favor.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Então a gente levanta o que o deputado não pediu, está bom? Bom, tem o primeiro... O item 10 eu mesma peço vista, porque era uma solicitação. O item 11 da pauta, a deputada Márcia Lia, também já tem um pedido de vista do deputado Engler em votação... (Vozes sobrepostas.)

É, mas esses aqui, olha, do 1, 2, 3, o senhor não pediu vista, deputado; o 4, 5, 6, 7, 8, o senhor não pediu vista, porque está na pauta hoje. Depois, o 9 o senhor também não pediu vista, o 10 também não. O 11 o senhor pediu e o 12... e o 14...

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - 13...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Aliás, o 13.

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Não pedi.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Não, 13 não.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - O 13 o senhor não pediu vista.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - 11, 12, 14...

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - O 14 eu pedi.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - O 14 o senhor pediu. Agora, o que o senhor pode pedir vista.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Todos os outros que não sejam o 11, o 12 e o 14.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Então vamos voltar lá. Então o senhor pode pedir... Vou solicitar, já que o senhor pediu, então vou salientar... Eu vou deferir vista no 10, vista no 13, vista no 15, no 16, no 17, no 18 e no

19. Sobram, então, os itens... Bom, itens de 1 a 9 a gente já teve acordo, porque ele não pediu vista, então está deferido o pedido de vista. Fica, para o senhor, fica aberto o item... 11, 12 e 14... 11, 12 e 14 para a deliberação. Os deputados... O pedido de vista. (Inaudível.)

Ele já pediu... 11, 12 e 14...

O SR. BRUNO GANEM - PODE - Peço vista, então.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pedido de vista acatado, deputado Bruno. O outro é o...

O SR. BRUNO GANEM - PODE - Peço vista do item 12 também.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Também acatado, deputado. E o 14?

O SR. BRUNO GANEM - PODE - Também do item 14.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Acatado deputado, muito obrigada. Eu então já chamo à Mesa o representante da Secretaria da Educação do Estado. Essa reunião foi agendada para recepcionar o Exmo. Sr. Secretário da Educação do Estado São Paulo, Rossieli Soares da Silva, convidado para tratar da metodologia de acompanhamento da implantação do Plano Estadual de Educação do estado de São Paulo, conforme lei nº 16.279, de 8 de julho de 2016.

A reunião deverá estabelecer a metodologia de monitoramento das ações necessárias à plena implantação do Plano, definindo-se as dinâmicas das reuniões, sua periodicidade e a possibilidade de realizações de audiências públicas, tanto na sede desta Assembleia, como em outras regiões do Estado, e qualquer outra medida que os membros da Comissão de Educação, em conjunto com os demais responsáveis pelo monitoramento do Plano Estadual de Educação, julgarem necessárias. Na pessoa de seu representante, Sr. Patrick Tranjan, por favor Patrick, à Mesa.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pois não.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu gostaria só de fazer uma pergunta, porque eu não lembro quando que a gente aprovou o convite. Se pudesse resgatar o...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - A Ata?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Isso.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Foi no primeiro semestre.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - A gente chegou a provar esse convite, porque eu não estou recordado...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Está aprovado sim.

O SR. BRUNO GANEM - PODE - Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Bom, depois se puder...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - A Ata, por favor. Levanta, por favor. Eu estou tranquila...

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Ah não, mas pode ser depois também.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Tá. Patrick, por favor.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Mais para eu ter certeza, porque ninguém aqui está recordando.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Patrick, por favor. Tá, mas eu estou absolutamente segura que a gente tanto aprovou este convite como o da Undime e aprovamos também...

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Primeiro semestre, não é?

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - É. Aprovamos também o convite àquele que esteve presente, o Sr. Secretário da Educação, por força do artigo 52-A da Constituição do Estado de São Paulo.

O SR. BRUNO GANEM - PODE - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pois não.

O SR. BRUNO GANEM - PODE - Ainda é possível pedir vista conjunta de dois itens?

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Onde... pode...

O SR. BRUNO GANEM - PODE - Item 2 e item 6 eu gostaria de pedir vista conjunta.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Tá, então, Bruno... deputado Bruno Ganem, eu acato aqui. Está acatado o pedido de V. Exa., e o item? Seis.

O SR. BRUNO GANEM - PODE - Isso. Na verdade, o item 2... O item 6, desculpa, ele é somente ciência do voto vencedor, mas enfim, gostaria de pedir a vista conjunta.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Devidamente acatado, deputado.

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Pela ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pois não, deputado.

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - A gente está tentando aqui refrescar a memória, porque o deputado Daniel José perguntou, eu também fiquei... Mas eu não lembrava de quando a gente tinha aprovado. Lembrei de um detalhe: eu, no primeiro semestre, quando nós levantamos os visitantes, tecemos um acordo entre nós para aprovarmos exatamente esse item amizade e depois continuarmos a pauta. Agora lembrei perfeitamente que foi aprovado naquele dia.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Aqui o secretário está me alertando que foi no dia 28 de maio, mas nós podemos pegar a Ata e aí a gente grifa e manda para V. Exas.

Bom, Patrick, eu chamei você de Sr. Patrick. Então, à vontade para apresentar aqui a... Ele vai apresentar 30 minutos e eu devolvo a palavra aos senhores.

O SR. PATRICK TRANJAN - Eu queria, antes de qualquer coisa, agradecer ao convite feito aqui pela Casa e saudar todos os deputados e deputadas aqui presentes.

A estratégia que a gente pensou na apresentação, a gente fez um mapeamento. A gente tem uma área dentro da Secretaria que faz o monitoramento do Plano Estadual de Educação, então a gente levantou a meta, todos os indicadores – o que a gente tem de meta e o que a gente tem realizado até agora no estado de São Paulo – e também e discorrendo, ao longo da apresentação das metas, o que a Secretaria tem feito para garantir o atingimento dessas metas. A gente pode seguir assim?

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pode. Pode ser.

O SR. PATRICK TRANJAN - É uma apresentação um pouco extensa, o plano é extenso também, mas vou tentar fazê-la no tempo que foi acordado aqui, que é o tempo de meia hora. Primeiramente a gente tem aqui no Plano Estadual de Educação a meta número um, que é a expansão da rede de cobertura da Educação infantil. Ficou um pouco pequeno, acho que vocês não vão conseguir enxergar daí, não é?

Bem, o que a gente tem hoje realizado no estado de São Paulo – dá para enxergar? – é a cobertura de 89,8%... (Vozes sobrepostas.)

... De 89,8%. Eu não vou entrar em detalhes, mas aí, tendo dúvida no final da apresentação, a gente vai discorrendo item a item, porque senão a gente vai estender muito o tempo. O que o Estado tem feito nesse sentido: a gente pegou um número bastante grande de obras paralisadas de construção de creches por inúmeros problemas. Um diagnóstico claro que a gente tem é que as prefeituras mais vulneráveis – e aí vou chamar de vulneráveis aquelas com poucos habitantes – têm uma capacidade técnica baixa de executar por conta própria a construção dessas obras e foi delegado pelo Estado, muitas vezes, que a Prefeitura fizesse essas obras.

Então, a gente está revendo todo o pacote. A gente vai fazer investimento na Educação infantil, a gente planeja fazer um investimento forte na Educação infantil, mas revendo o método, principalmente, de delegação da construção da obra, e pensar na FDE como executora, principalmente, nos municípios pequenos, deixar os municípios grandes executarem a obra e focar em quem mais precisa, nos municípios que têm mais dificuldade. Vejam se conseguem ver também... Ah, tem alguns indicadores que, vocês vão perceber, tem dois slides do mesmo indicador, é porque a gente buscou duas fontes distintas: uma fonte é o Observatório do Plano Estadual e a outra fonte é a PNAD, tanto a PNAD quanto a PNAD Contínua.

Educação fundamental: então, universalizar o Ensino Fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos e garantir pelo menos 95% de conclusão na idade certa. Aqui no estado de São Paulo, a gente percebe que São Paulo figura, para além da Educação infantil, também no Ensino Fundamental, acima da média do Brasil e a gente tem hoje 99,3% desse indicador. Aqui, o que a gente tem trabalhado com força no Ensino Fundamental, é o Inova Educação, que ele vai trazer novos tempos de aula para a educação, tanto no Ensino Fundamental II, agora os anos finais do Ensino Fundamental, quanto no Ensino Médio.

Então, mais um componente de projeto de vida para o estudante refletir sobre a vida dele e a entender como a gente consegue conectar a escola com o jovem, de modo

que ele permaneça na escola, que ele possa pensar a escola não só como um meio de ter escolaridade ou conseguir emprego, mas também de realizar o seu projeto de vida e ir atrás dos seus sonhos e até mesmo dele se conhecer. Muitos jovens não têm a oportunidade de fazer isso dentro de casa e a gente espera que a escola consiga ajudar eles nesse sentido.

Além do projeto de vida, também tem dois tempos de eletivas e um tempo de aula de tecnologia, pensando como a gente consegue aproximar a educação que a gente está dando no Brasil, a Educação básica no Brasil, com o que a experiência internacional tem mostrado de exitoso. Eu vou dar só um exemplo: a gente já tem na China, no Ensino Fundamental, discussão de inteligência artificial. Aqui no Brasil a gente não tem nem as escolas equipadas com computadores, então a gente precisa conseguir avançar nesse sentido.

Ensino Médio: então, garantir o atendimento escolar do Ensino Médio para os jovens de 15 a 17 e elevar, durante o período de vigência do Plano Estadual de Educação, a taxa líquida para 85%. Para quem não sabe, a taxa líquida de matrícula vai contar os jovens que estão matriculados na idade certa, sobre o total de jovens nessa idade que estão no Ensino Médio. Aqui a gente tem um desafio maior do que no Ensino Fundamental. Então, a gente teve em São Paulo uma queda nesse atendimento, de 2014 para 2015, depois a gente teve uma subida até 2016, e novamente em 2016 a gente tem uma queda para 2017.

Isso é bastante preocupante. O Ensino Médio é uma etapa que apresenta peculiaridades, diferente do Ensino Fundamental. Se a gente pensar até na arquitetura do Ensino Médio, que ela muda agora com o novo Ensino Médio, mas a arquitetura de que forma a gente torna de fato o Ensino Médio atraente, para que, em época de crise econômica, os estudantes não evadam da escola, por exemplo, para ir trabalhar. A gente entende que, se a escola fizer cada vez mais sentido, a gente consegue atenuar o efeito de questões, por exemplo, de crises econômicas do ponto de vista da permanência na escola. Aqui também no Ensino Médio a gente tem o Inova Educação, fazendo mais dois tempos de projeto de vida, dois tempos de eletivas, e um tempo de tecnologia também para os estudantes de Ensino Médio.

Educação inclusiva: esse é um tema que a gente tem se debruçado desde o começo do ano na Secretaria, é um tema bastante complexo de ser resolvido, mas é um tema muito importante, porque, à medida que a gente não resolve o problema da Educação – vou chamar de educação especial –, a gente está deixando muitos jovens para

trás. É como se o trem estivesse acelerando e uma parte está ficando para trás. Vai ser muito difícil que essa parte consiga acompanhar esse trem daqui a um tempo, então a gente entende que não adianta só fazer os investimentos no Ensino Fundamental regular, no Ensino Médio... No Fundamental regular, não, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio e esquecer da educação inclusiva dentro do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

A gente está com uma linha de trabalho junto com a Undime. A ideia... Aí já adiantando: a gente não chegou a falar isso em público ainda, mas a gente está construindo uma educação... Uma política de Educação inclusiva paulista, que não seja só do estado de São Paulo, mas que seja construída em parceria com os municípios e seja a mesma, tanto para municípios, quanto para estados. O estudante não pode ter um atendimento bom no Município e chegar no Estado e ter um atendimento ruim ou ele não pode ter um atendimento ruim no Município e chegar no Estado e ter um atendimento bom. A gente precisa ter uma linha de trabalho que pense nessa criança no momento em que ela ingressa na escola, e não de acordo com a rede de ensino em que ela está situada.

Então, a gente tem evoluído essas conversas, a gente está envolvendo o Ministério Público, outras organizações, principalmente do terceiro setor que trabalham com educação inclusiva, para entender o que já é feito em São Paulo de experiências boas, para que a gente não queira inventar a roda. A gente tem muita coisa boa acontecendo, a gente tem muito Município que dá aula sobre educação inclusiva e que a gente pode aprender com eles e ver como a gente pode trazer isso para toda a rede.

E aí sempre tendo como foco o estudante, pensando em uma política que pense no estudante, do momento em que ele entra na escola ao momento que ele sai da escola. E aí pode ser do zero ano até os 18 anos ou, se ele entrar na escola aos quatro anos, dos quatro anos, mas que pense do começo ao fim e a mesma política, que não tenha uma quebra do trabalho que é feito com esse jovem. Eu não vou passar todos os números, mas havendo alguma dúvida, depois a gente pode voltar slide a slide e ir discutindo os números aqui.

Alfabetização: esse é um tema que ele, a princípio, pelos normativos legais, ele não compete ao Estado, mas a gente tem uma visão bastante diferente, a gente entende que o Estado é responsável, sim, pelo processo de alfabetização, independentemente das escolas de Ensino Fundamental, os anos iniciais, estarem nas mãos dos municípios. Em São Paulo a gente tem uma peculiaridade: nem todas as escolas do primeiro ao quinto

ano estão nas mãos dos municípios. A gente tem, por exemplo, no estado de São Paulo a gente tem mais escolas no município de São Paulo, mais estudantes que o município de São Paulo – Fundamental I, 1º ao 5º ano – isso se repete para municípios como Campinas, Guarulhos.

Então, a gente tem um trabalho ainda a ser feito no sentido de municipalização do 1º ao 5º ano e o que a evidência mostra é que os municípios desempenham melhor do 1º ao 5º ano do que o Estado desempenha. É importante trazer sempre aqui que eu não estou aqui discutindo a opinião do Patrick, eu estou discutindo o que os números mostram, o que a evidência mostra. Porque na política educacional, não dá para a gente ficar discutindo o que é a minha opinião, o que é a sua opinião, a gente tem que ver o que de fato dá certo e conseguir replicar isso para todo mundo.

Dentro da alfabetização a gente está pensando em duas linhas: uma é dentro do regime de colaboração, como a gente consegue garantir uma formação de qualidade para todos os professores paulistas, sejam eles das redes municipais ou redes estaduais? A gente tem trabalhado muito com a Undime, da qual o atual presidente é o Luís Miguel, que esteve aqui na semana passada ou retra... Passada, ele esteve aqui na semana passada, a gente tem evoluído bastante na construção do regime de colaboração; e a outra linha vai na linha do Projeto que foi apresentado pelo deputado Daniel José, que é gerar incentivos para que os municípios corram atrás da melhoria da aprendizagem, que é pensar como a gente distribui o ICMS com base em resultados de Educação.

E aí, esse ponto específico é importante, porque ele não vai rebater só na alfabetização, ele vai rebater, por exemplo, em como a gente consegue garantir que estudantes brancos e negros tenham a mesma escolaridade, que o gap seja menor. Por que eu estou dizendo isso? Porque a gente tem uma correlação muito alta entre raça e renda no Brasil, fruto de um processo histórico já de muitos anos, que continua se refletindo hoje. No momento que a gente pensa no ICMS que premia a Prefeitura que consegue reduzir a desigualdade entre escolas, a gente está atacando justamente quem mais precisa, porque não adianta você investir na melhor escola ou na escola que você sabe que vai dar certo, porque ela já tem todas as condições para dar certo.

Então, no momento que a gente gera esse tipo de incentivo, a gente aproxima o estudante mais pobre do estudante mais rico. Esse tem sido também um mantra dentro da Secretaria, que o estudante de escola particular não pode ter uma educação melhor do que o estudante de uma escola pública. A Educação não pode diferenciar as pessoas, ela

tem que igualar as pessoas. Nesse sentido, a alfabetização é um dos componentes que está previsto lá dentro do Projeto do deputado Daniel José e também está previsto nas nossas políticas de colaboração, como a gente consegue apoiar os municípios e principalmente aqueles que não têm a capacidade técnica suficiente para fazer os desenhos de formação ou para conseguir garantir até o material pedagógico dentro das escolas, das creches e das pré-escolas, necessários para que a gente tenha um bom desenvolvimento da criança de zero a seis anos.

Eu estou me alongando um pouco mais nisso, porque eu entendo que é um tema muito importante, já passou da hora de a gente superar, e não estou falando só enquanto São Paulo, mas enquanto Brasil, já passou da hora de a gente superar o tema da alfabetização, mas ele ainda é muito latente. Vocês aí devem conhecer tanto ou até mais do que eu a realidade das escolas de São Paulo. Ainda precisa evoluir muito.

Em geral, aqui os gráficos, eles sempre mostram São Paulo acima da média brasileira. São Paulo não tem resultados ruins de Educação comparado com a média brasileira, mas a gente entende que, um outro mantra da Secretaria é que a gente tem que ter altas expectativas para todos os estudantes. Então, não é porque o Brasil está ruim e São Paulo está um pouco melhor que a gente tem que estar satisfeito com isso, a gente tem que correr sempre para garantir que a gente tenha uma aprendizagem baseada em altas expectativas.

A gente tem um desafio na alfabetização que é a mudança na alfabetização para o 2º ano do Ensino Fundamental. Antes ela estava colocada no 3º ano do Ensino Fundamental, agora a gente tem uma nova Base Nacional Comum, o Estado desenvolveu o currículo em parceria com os municípios, foi apresentado agora no último dia do mês de julho. A gente tem um pouco de incerteza do governo federal de como vai ser feita a aplicação da ANA, que é a Avaliação Nacional de Alfabetização, se ela vai ser amostral, se ela vai ser censitária, se de fato ela vai ocorrer, quais vão ser as diretrizes.

Mas a gente, utilizando o Saresp, vai fazer a avaliação que for necessária para ter certeza de como os nossos estudantes estão colocados, para que a gente possa pensar sempre a política de avaliação baseada, mais uma vez, na evidência, e não no que muitas vezes a visão nos mostra e nos engana. Então, fazer a avaliação, aplicar a avaliação, ter um bom diagnóstico, fazer em cima desse diagnóstico.

Educação em tempo integral: esse é tema que para a gente é superimportante também. Houve algumas mudanças importantes na política de educação integral que era

apresentada nos últimos anos e que foi apresentada este ano agora. Eu vou citar três rapidamente, porque eu entendo que podem estar sendo fruto de falta de entendimento aqui, até para parlamentares da Casa, então acho que é importante trazer exatamente o que está desenhado na política de tempo integral.

Primeira coisa: o ensino noturno permanece na escola que tem ensino noturno. Essa história de que o ensino noturno vai acabar, isso não é verdade. O ensino noturno permanece nas escolas. A PEI, a política como ela era desenhada, impedia que o ensino noturno continuasse na escola até por uma exigência de portaria do MEC. Para quem não conhece, as portarias são a 1.024 e, se não me engano, a 876, que previam que a escola, ao final de três anos, deveria oferecer só a modalidade de Ensino Médio em tempo integral. A gente acabou com isso. Então, permanece o ensino noturno nas escolas por quê? Porque a gente entende que é preciso olhar para o estudante.

Quando eu falo que o ICMS vai aproximar o mais pobre do mais rico, o ensino noturno é importante, porque quem está no ensino noturno é, por via de regra, o mais vulnerável e precisa estudar de noite. Fazer com que o estudante tenha que sair da escola para ir para outra escola também traz impactos negativos para a Educação. Então, permanece o ensino noturno nas escolas.

Outro ponto é: permanece o EJA na escola que tiver EJA. Mais uma vez, o estudante do EJA também é vulnerável, ele não está no EJA... Muitas vezes ele está no EJA por falta de política educacional adequada quando ele estava na idade correta. Então, hoje, tirar o EJA da escola é comprometer justamente o mais vulnerável que precisa do EJA. A gente vai continuar com o EJA na escola.

Ensino Fundamental II: vai ser foco de implementação de tempo integral no Fundamental II. O Fundamental I na mão dos municípios e o que está na mão do Estado, que é o Fundamental II e o Médio, a gente vai focar para transformar em tempo integral tanto o Fundamental II quanto o Médio. A política não vai estar descasada das etapas da educação e focada só no Ensino Médio, ela também vai estar no Ensino Fundamental II.

Então, ensino noturno permanece, EJA permanece, Ensino Fundamental II vai ser foco da política de tempo integral, sim. Muitas das escolas que estão planejadas para o ano de 2020 contemplam o Ensino Fundamental II na própria escola e, diferente do que ocorria anteriormente, vai poder ter professor temporário nas escolas de tempo integral. Isso também era uma reivindicação, a gente entende que é importante para as escolas de tempo integral ter essa abertura. Então, esses são quatro pontos que mudam

na política de tempo integral. É importante a gente esclarecer isso para evitar que tenha ruído na ponta e, por um ruído, a gente comprometa um programa que é tão importante para o Brasil.

Eu trabalhei com tempo integral em Brasília com o secretário Rossieli quando ele foi ministro. Os números do tempo integral são realmente surpreendentes do ponto de vista de garantia de aprendizagem e de nivelamento. E aí, mais uma vez eu vou sempre reforçar, do mais pobre para o mais rico, porque a política de tempo integral é focalizada em áreas vulneráveis. No momento em que a gente constrói uma escola de tempo integral em uma área vulnerável e proporciona para o estudante mais vulnerável condições de aprendizagem superiores às do estudante de áreas não vulneráveis, a gente está reduzindo esse abismo que tem entre o estudante pobre e o estudante rico ou entre o estudante meio pobre e o estudante muito pobre.

A gente precisa começar a nivelar todo mundo e dar uma educação de qualidade para todo mundo. Então, foco em área vulnerável, permanece noturno, permanece EJA e Ensino Fundamental II. São duas coisas que a gente ouviu bastante na rede nesses últimos dias, então a gente queria trazer bastante clareza para isso. Inclusive, o tempo integral é uma meta do Plano Estadual de Educação, então é importante porque a defesa do Plano Estadual de Educação é também a defesa do tempo integral.

Qualidade da educação: Ideb... Bem, tudo o que foi falado até agora tem impacto no Ideb. Eu acho que, assim em específico, não há uma ação que melhore o Ideb, é um conjunto de ações que melhoram o Ideb. Eles vão desde uma boa formação do professor, e aí eu, Patrick, CPF Patrick, acho que a figura mais importante para garantir a aprendizagem é um bom professor, um professor bem capacitado, um professor com uma boa qualidade de vida, com um bom trabalho, com boas condições de trabalho também – a gente vai falar sobre isso ao final dessa apresentação sobre o monitoramento do Plano Estadual de Educação.

Mas também passa por material didático na escola, de autonomia da escola para executar recurso financeiro, que São Paulo não tem – é mais fácil o governo federal mandar dinheiro para uma escola em São Paulo do que a própria Secretaria da Educação; é inaceitável, em um Estado referência como é São Paulo, esse tipo de coisa acontecer –, passa pela estrutura das escolas, passa por N questões. Então, tudo o que a gente está falando aqui vai rebater na melhoria do Ideb. Para quem não conhece, o Ideb é um indicador que vai medir aprendizagem e fluxo escolar. Então é o quanto os estudantes conseguem... Eles passam de ano na idade correta que eles deveriam estar ou

abandonam a escola e pondera isso também com a proficiência deles, que é a aprendizagem.

Elevar a escolaridade da população de 18 a 29 anos: também não vou me estender muito nesse ponto, porque tudo o que a gente fala aqui contribui para que a gente eleve a escolaridade da população entre 18 e 29 anos. Alfabetização e analfabetismo funcional: a gente discutiu sobre isso também.

Educação profissional integrada: esse é um tema para a Secretaria, a gente começou a se debruçar nele, e a ideia é que a gente consiga migrar para um modelo onde a Educação de Jovens e Adultos esteja mais conectada com a vida do estudante, com o que de fato aquele estudante, às vezes com 20, com 30 anos, passa. Porque uma escola tradicional para um estudante não tradicional não vai dar certo. Gera desmotivação e tem o que a gente tem hoje: a gente tem matrículas de EJA que são grandes no início e, ao final do curso, poucas pessoas concluem o EJA. E pensar que o objetivo não é ofertar vagas de EJA, é que os estudantes concluam a EJA, para que eles tenham melhores condições de vida após a conclusão.

Então, o que está se desenhando dentro da Secretaria é um programa que integra o ensino técnico com a EJA, entendendo o que o adulto passa na realidade, para que a gente aproxime a escola da realidade, e não queira fazer um movimento contrário, que tem sido insistente e tem falhado no Brasil – e não é só em São Paulo, é em todos os estados –, de querer aproximar a vida dela da escola. Isso não vai acontecer.

Educação técnica de nível médio: se fala tanto sobre a Finlândia, sobre a Alemanha, sistemas educacionais que falam que deram certo, que têm bons resultados em exames internacionais. Eu vou pegar o Pisa, que é o comparador que a gente utiliza: a Finlândia tem mais de 70% das matrículas em nível técnico, a Alemanha também. Isso ninguém fala. Criou-se um mito no Brasil de que o Ensino Técnico é um segundo escalão para o Ensino Superior.

Primeiro que o ensino técnico não limita o jovem de entrar no Ensino Superior, acho que esse é um primeiro ponto que tem que estar sanado. O segundo ponto é que o Ensino Técnico tem a capacidade de aumentar a produtividade a muito alto, e a produtividade implica salários maiores. Se a gente está discutindo Previdência no País como está sendo discutida, e não discute a produtividade do País, daqui a cinco, dez anos a gente está voltando na mesma discussão. A gente continua sendo eternamente o País que promete e não cumpre as promessas, e aí, estou aqui falando da área de Educação, mas em diversas outras fases. Importante que isso aqui não tem impacto só

na Educação. Isso aqui vai ter impacto em diversos outros setores que precisam se organizar para a economia girar e dependem de trabalhadores bem qualificados.

Dentro do Ensino Técnico, o que a gente tem é o Novotec. Então, a gente vai ter o Novotec em tempo integrado, que vai ser o Centro Paula Souza vindo para dentro das escolas estaduais, oferecendo a educação técnica integrada. E isso é importante, porque o estudante não precisa ir para a ETEC fazer, a gente vai oferecer muito mais vaga do que São Paulo oferecia no Ensino Técnico e dentro das escolas estaduais. Então o estudante vai cursar a Base Comum nas escolas estaduais e também o Ensino Técnico profissionalizante.

Outro ponto, para as escolas que... E aí: “Tá, mas, Patrick, como a gente vai fazer isso na escola que não tem sala ociosa?”, à escola que não tem sala ociosa a gente vai oferecer o ensino técnico, o Novotec Expresso. São cursos FIC de 120 a 160 horas, que passam na escola, o estudante faz os cursos, ela faz os cursos rápido e pode utilizar esses cursos inclusive para contar carga horária na formação dele. Então, eu posso criar agora um itinerário, posso criar o meu desenho de Ensino Médio. Eu, Patrick, entrei hoje no Ensino Médio, posso criar um desenho muito mais próximo do meu projeto de vida, do que as limitações da estrutura física da escola proporcionam.

E hoje a gente tem inúmeras profissões que não são alvos de Ensino Técnico, mas que existem no mundo e se apresentam como o futuro das profissões. Então, como a gente consegue aproximar isso e dar mais oportunidade para que os jovens façam boas escolhas. E aí, boas escolhas dependem das oportunidades que lhe forem dadas. Se a gente não der oportunidade, não vão ter boas escolhas. A gente vai continuar limitando o horizonte de oportunidades dos jovens, sendo que a gente pode ampliar isso e não é uma coisa complexa.

É uma coisa que já está sendo feita, já começou na rede esse processo de expansão do Novotec, a gente tem recebido bastante estudante interessado e é importante que a gente divulgue isso e a gente quebre esse mito de que o Ensino Técnico é pior do que o Ensino Superior o que o Ensino Técnico limita o ingresso no Ensino Superior. Isso não existe, se criou esse mito no Brasil. O Ensino Técnico é importante, é uma modalidade importante que precisa ser ampliada no estado de São Paulo.

Aqui é uma meta sobre a Educação superior, eu não vou passar por ela porque a Educação superior está na mão da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, com a secretária Patrícia Ellen, então não vou me atrever aqui a falar das estratégias dessa para

o Ensino Superior. A meta 13 também é elevar a qualidade da Educação superior. A meta 14, elevar a matrícula na pós-graduação stricto sensu.

Meta 15, formação dos profissionais da Educação: assegurar que todos os professores de Educação básica possuam licenciatura na área de conhecimento em que atuam. Uma meta superimportante. E aí, dois pontos que são importantes quando a gente pensa na formação do professor: a gente precisa urgentemente pensar em uma formação inicial que aproxime o professor da realidade da escola. Muitas vezes, hoje, a gente forma um professor que nem passou por uma sala de aula, depois ele é depositado em uma escola de 1.000 estudantes em uma periferia em São Paulo, e querem que esse professor tenha um bom desempenho nessa escola. Isso também não vai acontecer.

Paralela à formação inicial, que está na mão de Ensino Superior, a gente precisa pensar uma formação continuada, primeiro, que seja em loco, que valorize de fato o que acontece dentro da escola e tenha as características da escola e da região onde esse professor mora. Mas também uma formação continuada desse professor que esteja alinhada com os desafios que a gente tem na Educação. E aí, pensar: tecnologia! Quantos professores hoje a gente tem na rede que estão preparados para trabalhar com tecnologia dentro da sala de aula? Se não aqueles que correram com a formação por conta própria, que fizeram cursos, pagaram cursos etc., pouquíssimos tiveram acesso a isso por meio do Estado ou do Município onde eles estão.

Então, pensar uma formação inicial que esteja adequada, dialogue com a sala de aula e que tenha prática, isso é muito importante, a formação inicial precisa de prática de sala de aula. O que a experiência internacional mostra é que os sistemas de ensino que têm os melhores resultados – a aí eu vou Singapura, China – têm prática de sala de aula, e é muita prática de sala de aula. Hoje a gente tem até uma regulamentação nessa área, na Educação, mas ela não é cumprida por muitas instituições, e a gente tem até professores que se formam praticamente só no EAD. Chegam em uma sala de aula sem nunca ter de fato visto uma criança ou sentado na frente de uma criança...

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Mais de 50%, hoje.

O SR. PATRICK TRANJAN - Sim. Aí a gente tem uma dificuldade que é a parte das universidades, do Ensino Superior, que está na mão da iniciativa privada. A gente precisa entender como é que a gente faz para criar incentivos para que a formação inicial dessas instituições migre para o modelo que o Governo entende que é o

adequado. E o que o Governo entende que é adequado não pode ser a opinião do Governo, tem que ser estudo, tem que ser evidência, porque senão a gente vai continuar discutindo o que é a formação adequada sem olhar para o que países que têm tido um bom resultado na educação têm feito na formação de seus professores.

Formação continuada: a gente tem desenhado ela em colaboração também com a Undime. A gente teve um processo de escuta da rede na construção do currículo, vai ter outro processo agora na construção do currículo do Ensino Médio. É muito importante entender o que está acontecendo na ponta para a gente desenhar a formação do lado da Secretaria, ou a gente corre o risco de ser, mais uma vez aquilo que eu venho trazendo, a opinião de quem está dentro da Secretaria, do burocrata que está dentro da Secretaria, e não está na ponta, vendo de fato o que acontece, como a realidade se apresenta na ponta. No livro vale tudo, mas na prática a realidade é outra.

Eu também não vou me alongar muito aqui nos números da formação, mas a gente pode discutir isso com mais calma. Formar em nível de pós-graduação 50% dos professores da Educação básica e garantir que todos os profissionais de Educação básica tenham formação continuada em sua área de atuação. A parte da formação continuada a gente está desenhando junto com a Undime, a gente vai apresentar esse... Ainda aqui no segundo semestre a gente faz a apresentação de um desenho mais robusto do regime de colaboração, como ele está desenhado, e pensando educação especial, pensando construção de creches, pensando diversos outros fatores que influenciam na Educação. Mas a gente também vai retomar programas de formação dos professores... De qualificação dos professores após formados no Ensino Superior.

Eu não vou dar mais informações agora, porque a gente não tem isso fechado. Não quero falar para você uma coisa hoje que amanhã se apresenta de outro jeito, mas muito em breve a gente apresentar isso para vocês, e aí é pensando também no mestrado e doutorado dos profissionais da Educação básica.

Valorização dos profissionais do magistério: esse aqui é um tema muito caro à Secretaria e a gente entende que... E aí eu já vou começar pelo tema que eu entendo que é o mais importante aqui, que é salário. É preciso que a gente remunerar melhor os professores do estado de São Paulo. A gente passa por um momento de crise financeira que é importante de ser visto, não dá para desconsiderar, mas é importante pensar na valorização do professor, porque ele forma gerações futuras.

O salário do professor é fundamental, de um lado, para dar melhor qualidade de vida ao professor, ali na sala de aula a gente sabe que ser professor não é fácil, e por

outro lado, porque é importante que a carreira seja atrativa a ponto de os melhores alunos quererem ser professores. Hoje, se você for em uma escola e perguntar quantos querem ser professores numa sala de aula, se tiver um, bata palma, porque provavelmente não vai ter nenhum. Então, a gente precisa conseguir avançar na atratividade da carreira docente do ponto de vista do salário inicial.

Isso é importante para a gente atrair os melhores alunos. Pensar, aí eu vou sempre falar de outros sistemas de Educação fora do Brasil, é pensar em Singapura, China, porque pagam tão bem professores. A gente precisa dos melhores alunos para formarem os próximos professores, os próximos engenheiros, os próximos médicos e todos os próximos profissionais que vão passar no Brasil. Ensino Superior não são todos que passam, Educação básica toda criança passa ou deveria passar, se não passa, a gente está fazendo alguma coisa de errado. Então é importante que a gente tenha a valorização da carga docente.

A gente fez alguns movimentos aqui na Secretaria que estavam dentro do que a gente poderia, do ponto de vista orçamentário, que foi pagar as progressões – semana passada a gente pagou progressões que estavam atrasadas para o magistério, o anúncio foi feito na quinta-feira, se não me engano, se não me falha a memória –, a gente fez a chamada de agentes de organização escolar, vai contratar mais agentes de organização escolar, tem um diagnóstico da situação, sabe que é um problema e isso não foi feito por questão orçamentária.

O País passa por uma crise que, se olhar para o número de emprego, proporção de desemprego... Em São Paulo é ainda mais grave do que no resto do País. Então, é importante estar olhando para isso, porque a gente não pode garantir de um lado uma coisa e daqui a dois, três anos, não conseguir arcar com os compromissos que a gente firmou. A gente tem olhado para isso, é uma preocupação nossa e espero sinceramente que em breve a gente tenha melhores notícias nessa área, focando no que a gente entende que a reivindicação que não está sendo atendida, que precisa ser bem melhor discutida e tem que ser uma diretriz de valorização da carreira, que é o salário do magistério.

Plano de carreira dos profissionais da Educação: a gente vai discutir aqui com o Parlamento em breve, também, a questão da carreira docente. É fundamental que a gente tenha uma carreira bem estruturada dentro do magistério. Hoje, um bom professor, o caminho natural dele é virar diretor de escola. A gente tira um bom professor da sala de aula e muitas vezes coloca um péssimo diretor na cadeira. Então, a gente tem que

conseguir garantir um plano de carreira que fixe o professor bom dentro da sala de aula e que ele continue progredindo dentro da sala de aula, porque essa mudança das habilidades, pensar nas competências necessárias para ser um bom professor, elas são muito diferentes das competências necessárias para ser um bom diretor de escola ou uma boa diretora de escola. Pensar como que a gente garante planos de carreira específicos para cada um desses quadros, de modo que não haja essa migração.

A gente recebe na Secretaria professores que falam assim: “Ah, eu prestei concurso para diretor, porque eu tinha mais perspectiva de ganhar um salário maior do que eu tinha enquanto professor”. Não necessariamente essa era a vocação da pessoa, não necessariamente esse era o projeto de vida, o sonho dessa pessoa, mas ela foi por uma questão salarial. Então, desenhar um plano de carreira que esteja mais casado com cada uma dessas funções é muito importante.

Gestão democrática da Educação: associada a critérios técnicos de desempenho. A gente já tem isso sendo feito na rede de São Paulo há um bom tempo. Entendo que a gente evoluiu muito com o programa Líderes Públicos, no momento em que a gente pega dirigentes do ensino e aloca eles dentro da Diretoria de Ensino, desde que tenham o conjunto de competências necessárias para ser dirigente de ensino. Mais uma vez, a gente tem que conseguir profissionalizar a gestão pública, principalmente a gestão pública que está mais próxima dos municípios, das escolas.

Muitos problemas que a Secretaria enfrenta hoje são de falta de gerenciamento dentro da Diretoria de Ensino, problemas que poderiam ter sido resolvidos pela Diretoria de Ensino. E muitas vezes não é porque a pessoa é má ou porque a pessoa não quer trabalhar, é porque a pessoa não tem as condições necessárias para executar diversas atividades que são do coração, assim eu vou dizer, da Diretoria de Ensino. São estritamente... Deveriam ser resolvidas ali na ponta, não deveriam chegar até a Diretoria de Ensino.

E aí são vários, desde pequenas obras, pequenos reparos, até questões de RH que passam muito tempo na Diretoria de Ensino até chegar à Secretaria. A Secretaria também tem problemas, eu não acho que é imputar todos os problemas à Diretoria de Ensino, eu acho que a gente tem que reconhecer os erros para conseguir avançar e superar, mas eu entendo que o Líderes Públicos, e a Secretaria também entende, é um programa muito importante para trazer mais profissionalismo para a gestão da Educação no estado de São Paulo.

Meta 20: ampliar o investimento público em Educação pública. Aqui a gente vai falar do PIB. Entendo que... Primeiro, isso aqui não está na mão do secretário Rossieli, não está nem na mão do governador João Doria, mas a gente entende que também é uma... É uma esperança nossa, que a gente tenha mais recursos na Educação. E eu falo isso, não porque eu não ache que a Educação tenha que gerir melhor os recursos que já são existentes. Eu acho que a gente tem um problema, na Educação de São Paulo, de orçamento. A gente teve até, recentemente, uma condenação do Tribunal de Contas, que deve fazer a devolução de parte dos recursos que são pagos aos aposentados com recurso do Fundeb. Mesmo assim, eu vou sempre defender que a gente tenha mais dinheiro para a Educação, porque eu considero a Educação a pasta mais importante que tem neste País.

Mas entendo que, mesmo considerando a Educação como a pasta mais importante que a gente tem no País, a gente tem que fazer uma melhor gestão dos recursos públicos, porque os recursos públicos estão saindo do bolso de cada um que está aqui e de todos os outros paulistas que estão aqui no estado de São Paulo e até dos brasileiros fora do estado de São Paulo, e a gente precisa fazer uma boa gestão. Entendo que ainda tem espaço para melhorar as práticas de gestão dentro da Secretaria, acho que a gente fez avanços importantes na Secretaria este ano, mas a gente precisa continuar evoluindo. Então, só quero deixar bem claro que, no momento que eu quero defender mais recursos para a Educação, não quer dizer que eu acho que os recursos que estão hoje na Educação estão sendo utilizados da melhor maneira. A gente precisava avançar nos dois campos.

Formação para os profissionais da Seduc: aqui tem até uma tabela... É que acho que vai ficar pequeno para vocês lerem, mas tem aqui uma lista de alguns cursos que a gente oferece na Secretaria. A gente tem avançado com um programa ali na Secretaria que se chama Quintas do Conhecimento, não sei quem conhece. É um programa focado na formação dos funcionários que estão dentro da Secretaria, então, todas as quintas-feiras –uma quinta-feira por mês, desculpa –, a gente traz profissionais com experiência em diversas áreas, para conversar com os funcionários sobre temas específicos. E aí, sempre procurar mapear dentro da Secretaria o que os funcionários entendem que é importante para a formação deles.

A gente tem essa prática na educação de pegar um professor de uma sala de aula e botar ele para fazer licitação de merenda dentro da Secretaria. Obviamente a pessoa não foi formada para isso, ela não tem... o projeto de vida dela estava endereçado para

outro caminho e ela vai para dentro da Secretaria. Então, como a gente consegue formar esses profissionais para que eles consigam desempenhar bem as funções que são administrativas e de competência da Secretaria?

Queria agradecer todo mundo, acho que eu passei um pouquinho do tempo. Mas obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu que agradeço, Patrick, o esforço hercúleo, porque são 21 metas. É claro que junto com as metas tem as estratégias, nem ia cobrar, porque, já pensou? Ia dar 280 estratégias. Mas eu vou abrir agora para a Sra. Deputada e Srs. Deputados, para questionamentos. Ah, já quero registrar aí a presença também do nobre deputado Dirceu Dalben entre nós, aproveito também para cumprimentar outras personalidades presentes. Tem aqui à minha frente o professor Palma. O professor Palma foi senão o coordenador do Fórum Estadual de Educação, que articulou conosco toda essa riqueza. Nos tratam como uma categoria muito corporativa, mas nós discutimos meta por meta desse Plano Estadual de Educação. Professor Palma, também o presidente da Apeoesp em exercício, o professor Fábio de Moraes; a presidente da Fete, que é a Federação dos Trabalhadores em Educação, Nilceia, enfim, demais personalidades presentes.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu vou abrir então para a discussão.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pois não, deputado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Eu gostaria de fazer algumas considerações e perguntas.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Sim, deixa eu só ver uma coisa. (Vozes sobrepostas.)

Está inscrito. Eu não sei quem inscreveu primeiro, se foi o deputado, tudo bem o deputado? O.k. Deputado Giannazi, posso limitar em cinco por cento... Cinco minutos, cinco por cento, cinco minutos?

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Eu vou tentar ser sintético. Eu quero comentar e perguntar algumas...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Claro.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Fazer perguntas sobre algumas metas, não dá para falar de todas aqui, mas, por exemplo, a meta número quatro, que fala de educação inclusiva, de educação especial, de inclusão de crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência, prioritariamente, na rede regular de ensino, que é o que nós defendemos, sem dúvida nenhuma, desde que as condições sejam dadas. As condições objetivas, porque não adianta incluir um aluno em uma sala, um aluno com deficiência, com Síndrome de Down, em uma sala com 45 alunos.

Então, você tem que criar as condições, mas nós aprovamos uma lei aqui na Assembleia Legislativa, o Projeto de lei, que virou lei, a lei número 15.830, que limita número de 20 alunos em salas com matrículas de alunos com deficiência, e há uma grande dificuldade do cumprimento dessa lei, ela não é cumprida pelo Estado, a não ser quando a Defensoria Pública entra com ação ou Ministério Público, por conta da mobilização da comunidade ou da própria família. Gostaria de saber se tem política de redução de... Se a Secretaria vai respeitar a lei, é uma lei que entrou no ordenamento jurídico do estado de São Paulo e está sendo violada, mas isso não é novo para nós, a Bebel conhece, o governo estadual aqui viola várias leis, a lei do piso nacional salarial, a lei da data-base, enfim, faz parte aqui do histórico violarem, afrontarem a própria legislação estadual.

A outra é em relação à meta número 17, que trata da valorização dos profissionais da Educação, e, sobretudo aí do magistério, queria saber como que está a questão dos 10,15%, que foi uma ação ganha pela Apeoesp aqui em São Paulo e está interdita hoje no Supremo Tribunal Federal por conta de uma ação que, na época, o Alckmin entrou via PGE. O estado de São Paulo não paga o piso nacional salarial, deputado Engler. Uma vergonha! O Estado mais rico do Brasil não paga o piso nacional salarial, isso é vergonhoso. Então, existe essa dívida que não foi paga ainda, e a data-

base salarial que não foi cumprida ainda, ela venceu agora em março, então queria saber sobre essa questão.

Sobre a escola de tempo integral, que é a grande polêmica do momento, nós somos a favor, logicamente, da escola de tempo integral, ninguém é contra. Acontece que nós, historicamente, no estado de São Paulo, temos a farsa da escola de tempo integral, desde a época do Chalita, desde 2006, quando ela foi implantada. Inclusive, já na época, em 2007/2008, o próprio Ministério Público Estadual entrou com ação na Justiça denunciando e suspendendo o projeto em algumas regiões do estado, dizendo que essas escolas eram depósitos de crianças e adolescentes. Não tinha merenda, não tinha servidores, material adequado, salas de leitura, oficinas, salas de informática, bibliotecas, nada disso existia, e isso vem acontecendo até hoje.

A nossa preocupação é com a infraestrutura das escolas. As nossas escolas estão sucateadas, degradadas. A Secretaria não fez a lição de casa ainda e já vai implantar um projeto sem condições mínimas adequadas. E o que nos preocupa ainda mais é que, talvez em alguma região isso seja possível, mas eu hoje fui à região do Grajaú, aqui na diretoria Sul 3, e acompanhei o debate em algumas escolas, e algumas escolas foram indicadas para ser escolas de tempo integral. Mas numa escola, por exemplo, que tem 1.000 alunos e você a transforma em uma escola de tempo integral, você só vai atender 300 alunos e as outras 700 crianças? Serão, na verdade, dispersadas. Matriculadas em outras escolas, muitas vezes distantes.

Nós temos essas dúvidas, por isso que nós nos colocamos, na verdade, contra. E também há um autoritarismo. Eu vejo Diretorias de Ensino tentando implantar na marra, sem consulta ao conselho de escola. Eu queria saber, oficialmente, se a Secretaria deu essa ordem de implantar sem consultar o conselho ou a Secretaria vai respeitar a decisão da comunidade escolar e de um princípio garantido pela LDB e pela Constituição Federal, que é a gestão democrática da escola pública. Então, são essas considerações que eu queria fazer.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Obrigada, deputado. Eu estou na lista aqui? Eu não me lembro. Eu acho melhor ir de três, que eu vi aquela vez lá da Cultura, ficou muito demorado. Ele anotou e ele volta respondendo, deputada Valeria, é melhor. O próximo é o deputado Daniel José, depois eu estou inscrita, depois a deputada Valeria.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Cinco minutos? É, bom, em primeiro lugar, parabéns, Patrick, pela apresentação. Obrigado por ter vindo representando o secretário.

Você mencionou na apresentação o ICMS educacional como projeto que eu protocolei há algumas semanas e que vai ser discutido em breve aqui nesta Comissão. É um Projeto que busca alinhar os incentivos dos prefeitos ao incentivo dos alunos. Então, hoje a gente tem uma parte do ICMS que é repassada para os municípios com base em uma série de critérios dispersos que estão desatualizados e a gente propõe, nesse Projeto, mudar os critérios de repasse do ICMS para os municípios, com base no desempenho da Educação.

E isso é calculado através de uma fórmula, descrita no anexo da lei, que privilegia quatro pontos principais: o primeiro deles é evolução, então quanto que as escolas dos municípios evoluem de nota de um ano para o outro? Esse é o fator mais importante, de maneira que, escolas que têm uma nota muito alta, têm a mesma chance de ganhar, do que uma chance... Quer dizer, tenham mais dificuldade de ganhar do que uma escola de uma cidade que tenha nota baixa. Então, quem, mesmo estando com uma nota baixa, conseguir evoluir tem grandes chances de aumentar o repasse do ICMS para aquela cidade. Isso é uma iniciativa bastante legal.

O segundo ponto é a nota, levando em consideração a taxa de participação na prova. Então, não adianta nada eu selecionar um grupinho só de alunos bons e a nota da cidade for boa, tem que considerar todo mundo também que não fez a prova. É ali que vem a preocupação com as pessoas que estão em uma situação maior de vulnerabilidade. A gente tem que entender como está a situação geral nas escolas municipais.

Terceiro fator: de fluxo. Então é um incentivo, a lei gera um incentivo para reduzir o abandono escolar, para reduzir a reprovação e também o número, sempre obviamente de maneira coerente, através das provas e tudo o mais. E por último a municipalização, porque a rede de São Paulo, como o Patrick já disse, é muito bagunçada. Tem mais alunos do Ensino Fundamental I na rede estadual no município de São Paulo do que na rede municipal. Isso é inadmissível. A gente tem que buscar consertar esses desvios que aconteceram ao longo do tempo, dando incentivo para a municipalização.

É um projeto bem legal, eu depois quero poder explicar a cada um de vocês, e é uma bandeira que eu trago aqui toda semana na Comissão de Educação. A gente sempre fala de projeto que é mudança de nome de escola, que é a criação de homenagem, dia

festivo, e não projeto que vai efetivamente ter um resultado sobre aprendizagem dos alunos. É esse que deveria ser o nosso foco. Então, eu acho que é um Projeto que já se provou efetivo em outros estados e que aqui em São Paulo também pode ser um ótimo case para a gente mostrar que dá para fazer leis que impactam na aprendizagem dos alunos. Então, é um projeto que eu vou contar com o apoio de cada um de vocês para a gente, sempre com esse olhar na aprendizagem dos alunos.

O ponto que eu gostaria de abordar aqui na minha pergunta é relacionado ao Ensino Médio de tempo integral, que eu acho que é o principal ponto. Não existe, talvez, nenhuma outra política pública dentro da área de Educação no Brasil que seja tão efetiva quanto o Ensino Médio em tempo integral como acontece nos moldes do estado de Pernambuco. Hoje, em Pernambuco, 60% dos alunos da rede estadual estudam em tempo integral; 60% dos alunos da rede estadual têm lá uma aula, aulas semanais de projeto de vida. São instigados a pensar sobre o seu futuro, têm um volume, uma carga horária muito maior de aulas. Isso é fundamental para que eles possam ficar mais bem preparados para o futuro.

O ponto do deputado Giannazi, em certa parte, é correto. O Ensino Médio, o ensino em tempo integral, as PEIs aqui no estado de São Paulo foram feitas no modelo que não é o estado da arte do modelo de ensino integral. São escolas muito pequenas, elas realmente não conseguem abranger um número alto de alunos, têm uma série de problemas e de divergências com relação ao modelo que dá certo, que é o modelo de Pernambuco.

Eu espero que as correções que a Secretaria propõe vão em direção aos modelos de Pernambuco, seria legal saber um pouco mais do que vocês têm planejado e também dizer que é um projeto muito importante, porque, mesmo as escolas de ensino em tempo integral aqui em São Paulo, mesmo sendo um modelo que está longe desse modelo excelente, ela já tem hoje o nível de aprendizagem 50% maior do que o de uma escola regular. Então, os alunos da escola em tempo integral eles aprendem, eles e elas aprendem 50% a mais do que um aluno em uma escola regular.

Não dá para ir contra um projeto desses. Tudo bem, vai ter candidato no futuro querendo levantar essa bandeira, falando dos grandes feitos que foram realizados, mesmo se hoje menos de 10% dos alunos são tempo integral no estado de São Paulo. A gente tem que ampliar muito mais. Esses alunos que fazem questão de ensino tempo integral, eles têm 17% mais chances de estudarem na faculdade, de terem acesso ao

Ensino Superior, eles têm um salário médio, depois de formado, de 265 reais a mais do que um aluno de ensino regular.

É inegável que é um projeto em que é superimportante o estado de São Paulo avançar, só que não dá para entrar com esses argumentos que não fazem nenhum sentido. E aqui terminando, presidente, se nós temos 1.000 alunos em uma escola e se 300 deles passam a ter uma escola melhor, o que a gente prefere?; 300 com uma escola melhor e 700 com uma escola pior ou os 1.000 com uma escola pior? Exatamente! É por isso que a gente tem que ser a favor da escola em tempo integral.

Não dá para começar a falar que isso é um projeto, uma medida autoritária eleitoreira, não dá para falar que é uma farsa. A gente tem, sim, que discutir como esse projeto vai ser feito e é importante que haja consulta nas escolas. Em diversas áreas é difícil realocar esses alunos, sobretudo na periferia do estado de São Paulo, a gente entende isso, mas tendo um estudo e tendo um diálogo – e eu tenho certeza que a Secretaria está aberta a esse diálogo –, não tem por que ir contra esse projeto, não tem porque ir ao Plenário e ficar falando que isso é uma farsa e que isso só vai piorar a vida dos alunos.

Então, isso é um ponto que eu queria deixar muito claro para todos aqueles que estão batendo nesse projeto. Eles vão contra... Todo mundo que vai contra esse projeto, vai contra o interesse dos alunos, vai contra o interesse dos professores da rede de São Paulo.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, Sra. Presidente.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu estou terminando aqui, a palavra está comigo, deputado Giannazi. A média do salário de um professor do ensino regular com 40 horas semanais é de pouco mais de 3.500 reais, valor bruto. Nas escolas em tempo integral é de 6.048 reais. Além disso, tem um outro fator muito importante com que todos os professores se preocupam: nenhum professor gosta de ficar tendo que rodar a cidade, atravessar a cidade todos os dias durante o dia para ir de uma escola para outra dar aula. Você estar alocado em uma escola só, ganhando um salário 75% maior é o que a grande maioria dos professores no estado de São Paulo quer. Então, ir contra esse projeto...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Obrigada.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - ... é ir contra os interesses dos alunos, é ir contra o interesse dos professores. Obrigado, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Obrigada. Muito obrigada. Você quase falou os seus 10 minutos mesmo. Eu vou pôr o meu tempo aqui. Agora é a minha vez e eu reinscrevi o deputado Giannazi.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Rapidinho: eu usei oito minutos e desculpa pelos três minutos a mais.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não tem problema, não tem problema. Eu primeiro, antes de qualquer coisa, eu quero cumprimentar o Patrick e agradecer a presença. É verdade que é o momento que se coloca... Quando nós nos colocamos para debater a Educação, seja que ponto de vista tem, pelo menos tem uma coisa em comum: nós estamos juntos debatendo a Educação.

Daniel José, Giannazi e eu, nós vamos ter, claro, posicionamentos contrários ao seu. Vou concordar que ninguém é obrigado a concordar com posições, mas a gente pode chegar no denominador comum, isso é possível, quando existir exatamente o que você, o que V. Exa. apontou, deputado Daniel José, quando nós formos consultados em uma política pública de Educação, nós formos consultados, por exemplo, quando um projeto foi colocado em prática. Quando isso acontecer, pode ter certeza que a categoria, os professores, o sindicato, têm maturidade para aceitar, para fazer proposta, para construir junto.

O Plano Estadual de Educação foi gestado por fora, junto com outras entidades. Veio para dentro desta Casa, os Srs. Deputados aprovaram. Então, passou a ser de todo mundo, não é mais de ninguém, é da sociedade, é do Estado, é dos professores, é dos alunos, é de todo mundo. E tivemos divergência, não é mesmo, deputado Giannazi? Hoje ele está na defesa conosco, entende? Tá, vencemos aquela etapa, vamos juntos agora fazer valer uma política de Estado para a Educação, que é o Plano Estadual de Educação.

Eu quero entrar na questão do financiamento da Educação. O financiamento da Educação passa por um momento inglório, que é a vigência do Fundeb até o ano que vem; até o ano que vem tem Fundeb, depois do ano que vem não tem mais Fundeb, que

é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica. Com concordância ou discordâncias, funcionou e financiou toda a Educação básica. E hoje nós estamos aí no perigo desse fundo desaparecer.

Então, nós vamos ter que ter posições frente à vigência do Plano Estadual de Educação, mas não é só isso que está em questão, é a desvinculação de recursos também, que estão vindo da União. Foi uma conquista que nós tivemos a partir da Emenda Calmon, 13%, depois na emenda condicional de 80... Na constituinte de 1988, 18%, no mínimo; 25%, no mínimo, Distrito Federal; estados e municípios no mínimo 25%; estado de São Paulo logrou êxito com 30%.

Pois é, se desvincular, cada prefeito vai fazer o que quiser. Talvez o ICMS da proposta do deputado Daniel José vá resolver pontualmente, a partir só do ICMS, mas hoje nós temos na cesta do Fundeb, IPVA, nós temos ITBI, nós temos uma cesta de recursos para poder financiar a Educação básica. Então, nós vamos ter que fazer esse debate de monta, ele não é um debate de disputa por quem ganha mais ou ganha menos, é um debate de quem tem menos... Qual é o Município que tem mais aluno fora da escola e qual que tem menos! Há uma sazonalidade e isso nós temos que corrigir, em termos de território estadual, porque há escolas que estão superlotadas. E é verdade, há escolas que tem um número menor. Então, como é que nós vamos resolver essa equação? Essa é uma questão que está dada também.

Então, debater esse Plano Estadual de Educação – aliás, a presença do Patrick aqui é muito importante. Eu não vou entrar nessa discussão de quem é contra a escola de tempo integral é contra o aluno. Não, não é contra a escola integral. Quero dizer, e faço minhas as palavras do deputado Giannazi, como faço de qualquer um: eu nunca fui e nunca serei contra o aumento da carga horária dos estudantes, mas eu sou contra o aumento da carga horária para estudante que trabalham e são excluídos e vão para fora da escola, porque eles tem que trabalhar! Essa é que é a questão. Essa é que é a questão.

Ensino Médio é terminalidade da Educação básica, me pergunte com clareza, deputado Roberto Engler: “A senhora é contra qualquer...”, não, deputado, eu não sou. É que eu não descolo a realidade brasileira da realidade escolar. Há uma disparidade social, desigualdade social. Eu quero dizer que, se não tivesse Ensino Médio noturno, eu não poderia ter estudado ou eu saía da escola. E aí?

O que está acontecendo, e aí, Patrick, muito à vontade com você, eu não sou de fazer fogo amigo, eu vou até pedir para os meus amigos se segurarem, mas o que está acontecendo, o que vem acontecendo ao longo do tempo, é que, a título de abrir escola

de Médio de tempo integral, Ensino Médio de tempo integral, fecha Ensino Médio noturno. Joga o aluno para outra escola. Isso não é mentira minha, eu ando o estado de São Paulo.

Eu escrevi um texto em 2012 já dizendo: exclusão não rima... Inclusão não rima com exclusão. Eu defendo o Ensino Médio, mas eu defendo o Ensino Médio, mas eu defendo o ensino... Então, dê uma bolsa de estudo para os alunos. Essa é uma saída. Por que não? Eu posso permitir que o aluno venha poder fazer o Ensino Médio diurno. É o sonho de consumo nosso, que a juventude brasileira, ao invés de trabalhar e estudar, ela só trabalhe, ela tenha... Só estude, aliás, ela tenha a totalidade da sua formação. Mas não é possível, é a realidade brasileira, e nós temos que dialogar com ela, senão nós vamos excluir.

Então, o pedido, Patrick, é: Pernambuco tem um projeto que eu gosto. Não fiz ainda o debate de mérito, mas lá tem o primeiro e segundo ciclo do Ensino Fundamental, deputado Giannazi, é no período da manhã, vai até as 15h00. Das 15h00 até as 20h00, é Ensino Médio. É um debate a ser feito. Talvez a metodologia de se fazer o tempo integral do Ensino Médio é que está criando a polêmica com quem quer, porque perguntar, deputado, qualquer aluno, deputado Daniel, que sair da escola é ruim para nós. Nós não queremos nenhum aluno fora da escola, nós queremos todos com condições de estudar. Nós queremos isso. E para isso nós temos que ter política de inclusão, seja porque vai ter essa flexibilidade, seja porque vai manter o EJA, Educação de Jovens e Adultos, noturno.

Aliás, EJA, quando a gente debatia, e eu fui membro do Conselho Nacional de Educação, a gente debatia para ser uma etapa da Educação, mas não para sempre. Intermediária, para corrigir uma distorção, uma injustiça social. E passou a ser perene, dessa forma, para sempre. Então ele sofre duas... O estudante de EJA sofre duas injustiças: a de não poder estudar em idade própria e depois fecha o EJA para ele não estudar. Aí, se quiser, vai em EAD. Porque é isso que está previsto na Base Nacional Comum Curricular.

E para fechar, é a meta 17. A Secretaria entende que é cara para ela, é cara para nós. Nós construímos esse conceito, porque é um conceito de valorização. Não é só dar o reajuste, não! Nós queremos que os professores tenham... Recebam de acordo com a média dos demais profissionais que têm nível superior. Nós estamos cobrando qualificação dos profissionais da Educação. Teve uma greve inglória por esse conceito e

a nossa esperança é que a Secretaria... E tem seis anos para o Plano Estadual de Educação implantar, não é de uma vez, seis anos.

Pois bem, hoje o salário de Educação Básica I, ele está 12,7% abaixo do piso salarial profissional nacional. Quanto está o piso salarial profissional nacional? Aliás, o secretário de Educação, Rossieli, professor Dr. Rossieli, ele assinou uma portaria ministerial dando 4,5% agora, no início deste ano. Isso não foi repassado. Pelo menos isso, até que a gente resolva a questão dos 10,15%, conforme a ação impetrada pela Apeoesp. O PEB... Então, o piso é 2.557,74 reais, esse é o piso salarial profissional nacional; o Educação Básica I com 30 horas semanais é 2.233,01 reais, 37%... Aliás, é 12,7% abaixo e já foi 37,8% acima do nacional.

O Básica II, que é o segundo ciclo do Ensino Fundamental e vai ao Ensino Médio e todas as modalidades, R\$2.585,00. É 1,1% acima do piso salarial profissional nacional e nós já fomos, a data marcante aí foi 2009, 59,5% acima do nacional. Então há algo, há uma ausência de política salarial. Ah, não gosto, eu gosto de política de valorização dos profissionais da Educação. As estratégias ali colocadas, elas são estratégias muito bem definidas, muito bem – como é que eu diria? – articuladas até. Não é uma coisa... E o cuidado que se teve em discutir junto com a questão do orçamento e das finanças também.

Por esta razão, e para fechar, eu acho que vou chegar aos meus oito minutos também, deputado Daniel, olha aí para mim quantos já...

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Foram 12.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não é verdade, você aumentou, eu anotei. Espera aí... não, eu vou ver.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Está com 12, eu estou procurando aqui...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Você está brincando!

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Não, não.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Ele tem razão.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - A gente se empolga.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Fechei. Fechei a fala para dizer o seguinte: para nós avançarmos de fato no regime de colaboração, eu acredito na constituição do sistema estadual de Educação, acredito mesmo. E aí, o regime de colaboração, para nós pouco importa se a escola está no Município ou no Estado, ela é estadual. Mas se você tiver um sistema estadual de Educação equânime, em que você discute diretrizes e estratégias, com certeza nós vamos avançar na qualidade de ensino. Obrigada. Ele vai responder essas três questões longas, deputada Valeria, e aí eu passo para a senhora, tudo bem?

O SR. PATRICK TRANJAN - Eu vou começar aqui pela pergunta... Vou começar do começo, pela pergunta do deputado Giannazi sobre a lei 15.830. Acho que a gente está alinhado nisso, Giannazi. Talvez seja uma das poucas coisas que a gente está em linha e, havendo qualquer irregularidade na escola, a gente precisa saber. Muitas vezes a gente só fica sabendo pelo Ministério Público.

Eu também tenho preocupação com estudantes de necessidades especiais, estudantes que necessitam de inclusão e tem salas superlotadas. Havendo a situação, a gente precisa saber para corrigir e com isso a gente está 100% alinhado. Há uma lei aprovada nesse sentido, isso não é uma escolha, tem que ser feito, há uma lei, ela tem que ser seguida.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - É uma lei autorizativa, 15.830.

O SR. PATRICK TRANJAN - Ah tá, não é uma lei que foi sancionada pela Casa?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Foi sancionada, mas ela é autorizativa.

O SR. PATRICK TRANJAN - Tá. Bem, independentemente de ela ser autorizativa ou não, é um tema que é caro para a gente...

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Tem algum problema para V. Exa. se ela é autorizativa?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Não, é só porque ela é autorizativa.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Mas V. Exa. é contra?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Não, não, não. Eu acho que é uma observação importante porque o Executivo não é necessariamente obrigado a cumprir uma lei autorizativa. É só isso, porque muitos deputados, mais uma vez, fazem leis autorizativas e vendem isso como se fosse obrigando o Estado a fazer...

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Impositivas... (Vozes sobrepostas.)

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, pela ordem.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - ... As evidências mostram que o número de alunos em sala de aula não tem um impacto significativo sobre a aprendizagem. Claro que tem um limite estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação, mas eu estou aqui falando de evidências.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Mas evidências... (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Só um instantinho. (Vozes sobrepostas.)

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Deixa eu falar só... Pela ordem, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Por favor.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Essas evidências são totalmente furadas...

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Não, não são furadas, eu te trago os artigos que falam sobre isso...

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Eu tenho outras evidências mostrando o contrário do que V. Exa. está colocando, mas, em relação à lei 15.830, ela oferece todas as condições jurídicas para que a Secretaria da Educação faça a redução do número de alunos nas salas com matrículas de alunos com deficiência. Então, as condições jurídicas estão dadas, só depende agora da Secretaria Estadual de Educação.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Tá. Obrigada. Agora, deputado Engler, só pra eu...

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Só pra fazer um esclarecimento, eu acho que nessa questão o deputado Daniel José tem razão. Aqui nesta Casa nós fazemos dois tipos de lei: as impositivas e as autorizativas. As impositivas quando a Constituição nos permite fazer essa lei. Aí, o Governo – o Governo ou quem atingir – é obrigado a cumprir essa lei. As autorizativas, nobres deputados, todos nós sabemos, V. Exa. também, é exemplo de sugestão. Autorizou o Governo a pular do 20º andar, ele pula quando ele quiser, mas está autorizado. Está autorizado. Quer dizer, isso aí é uma coisa para... Na realidade, eu sempre falei que aqui na Casa nós temos que proibir as legislações autorizativas.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu concordo em gênero, número e grau, deputado.

(Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - O Daniel, Daniel... Obrigada deputado, Engler. Eu peço para devolver a palavra ao nosso palestrante, senão não vai resolver.

(Vozes sobrepostas.)

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Não, ele me citou, deputado Engler, na verdade, V. Exa. sabe muito bem que leis impositivas são todas vetadas pelo governador.. (Vozes sobrepostas.)

Não mudou, não mudou. São todas vetadas.

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Citei V. Exa. porque V. Exa. é o rei de fazer legislações autorizativas. Aí vende o peixe como se isso, olha...

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Eu só tenho uma lei autorizativa...

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - E não é verdade.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - É só essa, é só essa lei. (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Deputado Giannazi, vamos fazer o seguinte, eu acho que está... Nós estamos em um clima gostoso... Que legal, estamos debatendo a Educação, mas eu vou devolver a palavra para o Patrick e qualquer outra a gente volta, está bom? Vamos lá.

O SR. PATRICK TRANJAN - O segundo ponto aqui sobre os 10,15%: é uma ação que está na Justiça, está correndo na Justiça, ela está no STF. E, mais uma vez eu reforço, eu entendo que isso é muito importante, a valorização da carreira do magistério, eu acho que a gente não está desalinhado enquanto a isso. A gente tem problema que está posto no Brasil inteiro, que é o problema fiscal. Isso não é uma realidade apenas de São Paulo, na realidade é de todo o Brasil.

Queria pegar aqui e fazer o gancho para o tempo integral: Pernambuco, eu falo isso com – sou amigo do Fred, que é o secretário de Pernambuco, secretário Fred –, eu gostaria que, quem fala que as escolas de Pernambuco têm a estrutura ideal para o tempo integral, fosse lá visitar as escolas, porque isso não é verdade. Isso é uma das coisas que têm se propagado aqui dentro desta Casa que não são verdades sobre o tempo integral, e uma delas é que as escolas de Pernambuco têm uma estrutura, na média, melhor que as de São Paulo. Eu falo isso porque eu conheço as escolas de Pernambuco, eu não estou falando porque eu li na internet.

Eu acho que tem um ponto importante que é: o problema fiscal, e aí eu vou falar... Eu não vou falar “problema fiscal”, o problema orçamentário que a gente tem na Secretaria da Educação, do ponto vista da parcela da verba que ela é discricionária para o Estado, que está dentro, por exemplo, do pacote das 1.384 escolas que a gente lançou para reforma este ano, o que o estado de São Paulo nunca tinha feito, isso vem da parte que a gente pode manejar do orçamento e a gente tem investido na infraestrutura das escolas.

Então, enquanto a gente não conseguir investir em todas as escolas do Estado a gente não faz o tempo integral, é isso? A gente vai condenar os nossos estudantes ao fracasso por quanto mais tempo? Porque eu não entendo qual é o objetivo de permanecer com um sistema educacional – e eu não estou falando só do estado de São Paulo, mas de todo o Brasil, que já se mostrou falido. A Educação precisa acompanhar a evolução da sociedade. Quando a gente pensa em projeto de vida, quando a gente pensa nas disciplinas eletivas, na transdisciplinaridade, que é característica dessas disciplinas eletivas, é para conectar a escola com o que acontece no mundo. A gente vai esperar quanto tempo? Só quando tiver dinheiro para reformar tudo a gente faz o tempo integral, é isso? Ou a gente vai fazendo as coisas, vai subindo degrau a degrau para a gente conseguir evoluir na política educacional?

E aí eu concordo com o argumento do Daniel e não é que os 700 vão ficar em uma escola ruim, os 700 vão ficar em uma escola com a mesma qualidade da escola anterior. E mais, digo uma outra coisa: já que o problema é o estudante que trabalha, então por que a gente não discute aqui em São Paulo o integral de dois turnos, que a deputada Bebel mencionou, que é uma aula que começa às 7h00 e termina 14h00 e depois começa às 17h00 e termina às 21h00? Isso vai ser defendido pelos deputados? E se for a gente abre a discussão, se for esse o ponto, a gente abre a discussão.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu estou disposta a abrir. Vocês não estão?

O SR. PATRICK TRANJAN - Tá, porque...

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Bom, eu acho superinteressante.

O SR. PATRICK TRANJAN - Sexta-feira... Porque assim, o meu ponto é: o que está colocado na discussão do tempo integral não é o fato do estudante trabalhador. Por que eu digo isso? Porque sexta-feira a deputada Bebel esteve com a gente na Secretaria e eu fiz questão de explanar que haveria noturno e haveria EJA na escola de tempo integral e ontem eu recebi um folder que amanhã vai ter uma reunião aqui na Assembleia contra o tempo integral porque ele fecha a turma do noturno. Qual que é o sentido disso? A gente quer uma discussão aberta, é isso que está... Porque se fala uma coisa aqui, mas se faz outra coisa na rua. E até quando a gente vai ficar dando soco em prego para resolver o problema da Educação?

Não fecha, as escolas de tempo integral vão permanecer com as turmas de noturno e com as turmas de EJA. Fechava, essa era a política antiga, tem uma transição, a política do secretário não é mais essa.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - O pessoal da Secretaria está falando que vai fechar. Isso é fake news.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Mas você não é o secretário, por favor.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Não, está aqui o representante da Secretaria...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Ele está falando, então deixa... Agora eu fui... eu quero...

(Fala fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Tem que ligar o microfone aqui...

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - A manifestação da... Devia se comportar de forma diferente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não, eu estou atenta, deputado e deputada...

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Mas está me incomodando, está me atrapalhando.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não, eu estou atenta.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pessoal...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pessoal, por favor, por favor...

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Opa, é sim o quê?

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Por favor, por favor...

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Amigo, você tem que ficar quietinho, assistir, apenas. Você não é protagonista aqui, você está apenas...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Só um instantinho...

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - ... em silêncio, por favor.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Deputados, eu estou pedindo por favor, gente.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Nossa, que muito...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Por favor!

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Olha a democracia aqui dentro.

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Que beleza, hein. (Vozes sobrepostas.)

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Olha que exemplo de educação e democracia que está sendo demonstrada...

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pelo nosso representante da Apeoesp.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Pelo representante. Que maravilha, que beleza.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não é representante, por favor. (Vozes sobrepostas.)

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Eu que falo por favor, deputada!

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu estou pedindo para que todos nos ouçam em silêncio. Se nós daqui também começarmos a provocar lá, nós...

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Não, provocar, não! Eu acho que eu estou em uma Comissão de Educação e sou tratada dessa forma e a senhora está falando que eu estou provocando?

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não, por favor...

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Eu não estou entendendo.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não, não, eu gostaria que a senhora me respeitasse como presidente, também.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Eu estou pedindo respeito...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - A senhora está elevando a voz...

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - ... A senhora está vendo...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - ... Em um tom absolutamente desnecessário.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Não, desnecessário é o...

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Desnecessário... (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Dois contra um não está certo aqui.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - E falar que tem que cortar a cabeça da deputada...

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Cortar a cabeça...

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Valeria Bolsonaro, isso não faz nenhum sentido.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Está bom, está bom, olha aqui, Daniel, deputado Daniel, um absurdo é o que vocês fazem comigo nesta Comissão.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Ahhh, meu Deus do céu...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu estou querendo de boa vontade, eu conversei, o público está quieto... (Vozes sobrepostas.)

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - E o que vai acontecer agora?

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu não posso ir lá... A pessoa saiu... Se vocês atentarem, ela saiu... (Vozes sobrepostas.)

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - A pessoa vai falar que vai cortar a cabeça de quem?

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - A pessoa saiu, deputada.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Opa! Teve mais alguém...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - A pessoa saiu....

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Presidente Bebel, presidente Bebel, com tranquilidade. Veja bem, houve uma elevação do tom de voz? Houve. Por quê? Porque a pessoa começou, de forma mal-educada, a se manifestar e a senhora, por sua vez, não tomou nenhuma providência.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Tomei deputado...

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - E aí...

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pelo contrário, defendeu a pessoa.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - É. Exato!

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Nossa, nossa senhora...

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Dona Bebel a verdade é essa, a verdade é essa.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não eu vou pedir... Por favor...

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - A gente pode puxar a gravação.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não, faz o seguinte, pede a destituição minha, está bom assim?

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - Não, eu quero que a senhora faça...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu fiz tudo o que eu tinha que fazer, agora eu quero que vocês tenham a hombridade de pedir a minha destituição.

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - A senhora não se dirigiu à pessoa...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu me dirigi, o senhor não está sendo justo comigo...

O SR. ROBERTO ENGLER - PSB - A senhora não se dirigiu...

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - São três que estão sendo injustos com a senhora?

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu me dirigi!

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - São três pessoas que não estão sendo injustas com a senhora?

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu me dirigi!

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - A pergunta... Resposta: sim ou não?

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não, eu quero saber se a senhora quer discutir a Educação ou não.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Que Educação?

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Aqui.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Que Educação que a gente está discutindo?

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - O debate sobre a Educação. Eu quero saber se a senhora quer discutir.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Eu quero saber quando a senhora vai ter uma postura com o pessoal que está aí. É isso que eu quero.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Vocês querem fazer disso uma briga e eu não quero brigar. Só isso.

A SRA. VALERIA BOLSONARO - PSL - Eu só posso discutir a Educação quando se tem educação dentro da sala.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Olha o que a senhora conseguiu. Estão felizes, Daniel José?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Segue o jogo.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Segue, não é? Bom, você termina por favor, Patrick?

O SR. PATRICK TRANJAN - A respeito do Fundeb: é uma discussão que não está na mão de São Paulo. Eu, particularmente, aí falando mais uma vez como CPF Patrick, eu acho que o Fundeb deveria, sim, ter uma complementação maior dos recursos da União, acho também que o Fundeb deveria se preocupar com uma

redistribuição de recursos em nível nacional e não só dentro dos estados; eu acho que os estados ricos têm que colaborar com os estados mais pobres do País, mas essa é uma discussão que não sou eu que decido isso, não é o secretário Rossieli que decide isso, não é o governador João Doria que decide isso, é uma discussão que está posta no governo federal. Acho que a gente tem um papel importante de tentar direcionar essa discussão para o melhor caminho possível.

Sou completamente contra a extinção do Fundeb e eu acho que essa é uma pauta urgentíssima para o Brasil discutir, tão urgente quanto o pacote de reformas que precisa ser discutido, porque o Brasil não tem capacidade de financiar a Educação sem o Fundeb. Municípios quebram se o Fundeb deixar de existir, simples assim.

Sistema Estadual de Educação: eu acho que é um tema que podia ser melhor discutido ainda, apesar de não ser estranho à ideia. Acho que um bom exemplo, uma boa comparação, é o SUS. O SUS tem um sistema organizado e até por isso o SUS funciona melhor do que a Educação. A gente precisa conseguir organizar melhor as competências, as tarefas e a articulação, principalmente, entre os entes federativos, para a gente conseguir ter uma Educação mais organizada no Brasil. E isso passa, necessariamente, por trazer clareza, o que compete a cada um, e criar principalmente os fóruns de discussão dessa política.

Então não é... Eu falo mais uma vez como Patrick CPF aqui, não sou contrário, mas eu acho que é uma política que tem que ser melhor discutida, até para ser muito claro o que a gente espera e não ser mais uma daquelas leis que a gente cria e são as leis autorizativas; autorizo um Sistema Estadual de Educação e no final esse sistema não funciona e não traz os resultados que a gente espera, então, entendo que tem que ter mais discussão. Eu acho que eu não pulei nenhum ponto...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - E o salário, não é? Aumenta 17.

O SR. PATRICK TRANJAN - Do tempo integral... Então, salário. É a mesma questão que eu trouxe quando apresentei aqui o monitoramento do plano. A gente entende que é importante valorizar, a gente tem feito os movimentos que cabem dentro do orçamento da Educação, esta Casa tem um papel importante no momento que ela constrói o Orçamento. Então, se faltam recursos para a Educação a gente tem que discutir isso com mais propriedade aqui dentro desta Casa e não há contrariedade,

nenhum choque de pensamentos no momento que a gente fala em valorização do magistério por meio de uma política salarial adequada.

O ponto é que hoje a gente tem um problema que está posto em todo o País, inclusive em São Paulo – mais grave até em São Paulo do que nos outros estados – e a gente precisa ser responsável, para não correr o risco de, daqui há dois, três anos, não estar pagando nem o salário que a gente prevê no funcionalismo público.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Bom, eu pergunto se tem mais alguma questão a levantar... Não? Eu gostaria de me defender, Patrick, porque você apontou uma questão com relação... Vai acontecer e vai acontecer por demanda dos professores, que querem discutir, querem saber por que é que eles vão ser removidos ex officio, porque é isso que faz a escola de tempo integral. Nesse modelo que está, remove por ex officio, você sabe disso.

O SR. PATRICK TRANJAN - Deputada, eu acho que isso é uma discussão que a gente pode fazer também, mas o que está posto no panfleto é que ensino integral fecha o noturno.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Tá, mas eu não posso...

O SR. PATRICK TRANJAN - Para discutir com base em mentiras a gente não consegue discutir. (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Por favor!

O SR. PATRICK TRANJAN - Eu estou discutindo fatos aqui, eu não estou discutindo a minha opinião...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Por favor!

O SR. PATRICK TRANJAN - Eu estou discutindo que de fato a escola de tempo integral, na nossa gestão na área de Educação, na gestão do secretário Rossieli é:

Verba Editorial Ltda.

ela não vai fechar o ensino noturno nas escolas que tiverem e não vai fechar o EJA. A gente conversou sobre isso na sexta-feira e ontem aparece...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não, não tem traição, eu só... Eu sai...

O SR. PATRICK TRANJAN - A gente pode marcar reunião, o que você quiser, mas o ponto que é nós fizemos...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Marco e vamos debater sem medo de ser feliz, que negócio é esse?

O SR. PATRICK TRANJAN - Ninguém quer que...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - O que que é isso, é amordaçar?

O SR. PATRICK TRANJAN - Não, deputada.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Por favor, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu não posso... Quer dizer, todos aqui são deputados, dá licença...

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - A palavra está com o representante da Secretaria da Educação...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não, mas eu fui citada por ele. A entidade que eu represento foi citada. O senhor não pertence a uma entidade, então o senhor, por favor, se limite a me ouvir, depois o senhor se inscreve e fala. Por favor.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Então está no Regimento interromper a pessoa com a palavra...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu quero dizer o seguinte, não estou interrompendo...

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Nosso convidado...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Aliás, interrompida eu fui várias vezes pelo senhor. Eu quero dizer o seguinte: o dia de amanhã, deputado Giannazi, nós vamos estar lá, o senhor vai estar lá também. Nós vamos levantar os problemas que são criados pela escola de tempo integral. Isso não é armação para a Secretaria da Educação. Aliás, quando a gente quer, a gente taca 30 mil na frente da Secretaria, isso que a gente faz. Depu... é... Secretário, a gente faz isso. Então não tem por que... Eu faria aqui como eu faria na Secretaria.

Todos os deputados podem bater tudo, deputado Giannazi, menos eu, reparou? Isso é o que? Isso chama-se discriminação. Eu não quero mais ser discriminada, já falei, deputado Giannazi... Deputados Daniel, faz o seguinte...

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Questão de ordem. Questão de ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Tenha hombridade, peça a destituição e assumo a cadeira.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Questão de ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Porque, até onde eu sei, quando eu saí aquele dia o senhor fez a maior baderna aqui e largou.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Questão de ordem, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Então, por favor, sabe? Eu quero um pouco mais de respeito.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Questão de ordem. Eu não estava aqui na semana passada.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Retrasada.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Não existe, não existe nenhum preconceito, até porque a senhora teve um tempo de fala maior do que todos nós, isso já é evidência de que todos podem falar sobre quaisquer assuntos que tiver interesse. Eu só acho que, como é Comissão de Educação, a gente não interrompa a pessoa que a gente convidou. É isso.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - O problema é que foi trazido para a Comissão...

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Falando de evidências... falando de...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Deputado, me permita.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu estou com a palavra, presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Tá! Foi trazido para a Comissão algo que não é da Comissão...

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu estou com a palavra, a senhora vai me interromper? Eu estou com a palavra por questão de ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - A organização sindical não tem nada a ver com a Comissão.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu estou com a palavra por questão de ordem, presidente. Vamos cumprir o básico do Regimento.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu sempre cumpro.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - A gente tem aqui um convidado que trouxe todos os dados que a gente pediu e trouxe uma atualização do Plano Estadual de Educação, conforme demandado, que veio trazendo evidências, inclusive linhas de trabalho que a Secretaria vem tomando, sempre, mais uma vez, baseado em dados empíricos, e uma boa política pública é sempre feita com base em dados e fatos e isso a Secretaria tem feito muito bem.

A gente falou de temas que são muito caros a todos aqui, como a formação de professores, e a gente não está desviando dos assuntos, a gente está falando isso, falando de salário, mas também não só de salário, porque valorização da carreira envolve várias outras coisas, como formação continuada, como um ambiente em que os profissionais possam melhorar cada vez mais e se sentir motivados. Então, eu não vejo por que a gente continuar com esse caos que já se estabeleceu aqui na Comissão, sendo que a gente está aqui debatendo através de fatos, dados, evidências, que é uma boa maneira de se discutir a Educação.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pois não.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Só ficou uma questão pendente, deputada presidente Bebel, que foi em relação ao projeto Novotec. Haverá uma redução da carga horária das disciplinas fundamentais do currículo escolar – português, história matemática, enfim, geografia, sociologia –, eu queria saber se a Secretaria da Educação já fez um estudo para saber dos impactos negativos da redução da carga horária de disciplinas estratégicas e obrigatórias no currículo escolar para introduzir outras matérias. Como que vocês estudaram isso? Porque isso é preocupante não só para os alunos como também para os professores que perderam aulas do currículo.

O SR. PATRICK TRANJAN - Só vou voltar no ponto anterior: quando eu falo sobre a questão do tempo integral, deputada Bebel, o que acontece aqui na Casa ou não acontece na Casa, a reunião que é marcada na Casa ou não é marcada na Casa, isso não

me diz respeito nenhum. O que me diz respeito é quando eu dedico uma parte do meu dia para explicar sobre o que é o programa para a senhora, que esteve sexta-feira na Secretaria, e logo depois a gente tem uma sinalização contrária aqui na... No movimento da Apeoesp, superlegítimo, não é?

Meu ponto é exclusivamente porque aqui foi dita uma frase pela senhora que “Eu não vou abrir fogo amigo, eu não vou colocar aqui a minha...” – você falou, acho que – “... minha turma para te fazer pergunta” ou alguma coisa do gênero. Se isso não é fogo amigo, eu não sei o que que é. A gente dedicou um tempo para explicar de fato o que é o programa de tempo integral, que não fecha a turma de noturno. Discutir quais são os impactos da implantação do tempo integral em qualquer região do Estado, a gente está aberto a discutir, mas a gente tem que discutir com base em fato e com base em verdade. Se a gente for discutir com base em coisas que não são verdades, fica difícil a gente superar os problemas.

Aí a gente fica... A gente continua naquela porta giratória, eternamente nessa briga desse lado com esse lado e sem conseguir resolver de fato quais são os problemas da Educação paulista. E são muitos. Eu apresentei alguns pelo Plano Estadual de Educação, mas a gente pode passar o dia inteiro aqui falando sobre os problemas da Educação. A gente tem muita coisa a superar ainda, a gente só precisa ter clareza que a gente tem que estar discutindo com base em dados, com base no que é verdade, e aí a gente senta, discute e pensa em como a gente supera todos esses problemas.

Deputado Giannazi, desculpa deputado, a sua dúvida foi sobre o Novotec ou a carga horária das disciplinas da Base Nacional Comum?

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Foi a redução da carga horária.

O SR. PATRICK TRANJAN - A Base Nacional Comum, e aí pensando na estrutura – eu não vou entrar em detalhe aqui da Base, posso até conversar com alguém se quiser –, ela define lá as competências que têm que ser ensinadas aos estudantes – desenvolvidas nos estudantes, elas não são ensinadas, necessariamente –, desenvolvidas nos estudantes ao longo da Educação básica. Essas competências elas são mantidas, então o currículo é mantido. O Novotec vai funcionar como funciona o ensino técnico integrado de hoje, dentro das cinco horas.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Não, mas haverá redução de aulas. Reduz a jornada dessas matérias obrigatórias, das disciplinas obrigatórias.

O SR. PATRICK TRANJAN - Mas respeitando o que toda a legislação prevê. Se tiver algum ponto específico de alguma disciplina, a gente pode sentar, conversar e apresentar o que a gente tem na Secretaria, isso eu não vejo problema. É que me parece que talvez seja uma discussão muito no nível de detalhe para a gente fazer agora aqui, sem todos os estudos. A gente tem bastante coisa, nada do que a gente faz na Secretaria, apesar de muitos não acreditarem – ela é embasada em evidência. A gente não está fazendo nada dentro da Secretaria com base em opinião, no que a gente acha ou não acha. A gente está pegando o que dá certo fora do Brasil, a gente está pegando o que dá certo dentro do Brasil; caso de Pernambuco, pensar no Ensino Médio; o caso do Ceará, pensar no Ensino Médio em tempo integral técnico, um caso de sucesso no Ceará. A gente tem a legislação que o deputado Daniel apresentou, e aí não é a gente, não é o deputado Daniel, que é um caso de sucesso também, a gente tem outras experiências.

Só queria trazer mais um ponto sobre essa questão do ICMS: é que o que me preocupa também, em partes, é que mais uma vez São Paulo fique para traz nessas discussões importantes sobre a Educação brasileira. A gente tem Rio Grande do Sul discutindo o ICMS; em Pernambuco recém-aprovada a legislação do ICMS; a gente tem o Amapá discutindo o ICMS; a gente tem o Espírito Santo discutindo ICMS; tem outros estados também discutindo o ICMS; entendo que é uma pauta que é importante a gente avançar para não ficar para trás mais uma vez.

Todos os méritos possíveis ao Governo do Ceará, que fez essa política, implementou essa política e conseguiu aproximar os municípios do Estado, todo mérito, assim, bato palma. Realmente foi incrível, acho uma experiência para todo mundo aprender, mas é inaceitável que São Paulo não seja o pioneiro e o protagonista nas discussões sobre a Educação no Brasil. A gente é o Estado com a maior capacidade técnica, a gente é o Estado com mais recurso. A gente tem que ser exemplo, até para gente conseguir puxar as mudanças em todo o Brasil.

Um outro ponto de São Paulo é a escala. Tudo o que é feito em São Paulo tem escala gigantesca. A gente consegue fazer as coisas darem certo em São Paulo e para isso a gente precisa de colaboração não só com os municípios, mas de todo o resto da sociedade em torno da pauta da Educação. O que é feito aqui pode ser feito em qualquer

outro lugar. Não necessariamente o que é feito em Pernambuco pode ser feito em qualquer outro lugar, e aí estou falando disso, tomadas as devidas proporções de escala.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Pela ordem.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Você, Patrick, mencionou sobre o ICMS, como esse debate do ICMS educacional, com uma chance de São Paulo estar alinhado com outros estados que estão discutindo temas relevantes e que vão impactar na aprendizagem dos alunos. A gente está aqui pensando nos alunos, pensando em como melhorar a Educação das nossas crianças e jovens do estado de São Paulo. Dentre os partidos que demonstraram apoio ao Projeto aqui na Assembleia, só dois tem voto contrário, não apoiam esse Projeto, que são o Partido dos Trabalhadores e o PSOL. Eu gostaria de...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Não, deixa a gente cuidar do nosso partido.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Só terminando, rapidinho...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - A gente cuida do partido.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu gostaria só de fazer um pedido mesmo, para que... Eu posso ir ao gabinete de vocês explicar o Projeto.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Só o Novo que defende as crianças e os alunos, é isso que V. Exa. está dizendo?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Não, mas é...

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Só o Novo tem o monopólio da defesa da Educação?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Não, a gente é contra essa coisa de monopólio...

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - É isso?

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - ... Giannazi, monopólio não é muito a nossa cara, não. Agora, é... Giannazi, eu faço questão de ir até o seu gabinete apresentar o Projeto, também no seu gabinete, deputada Bebel, para que a gente consiga esses dois apoios que faltam para a gente levar para a frente o projeto e levar a Plenário...

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Nossa, o Novo está mais tucano do que o PSDB aqui.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Eu estou aqui inscrita...

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - O Novo agora é auxiliar...

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Não, a gente tem que buscar dialogar nas evidências...

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Viu, Giannazi, eu passo a palavra para você.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Evidências duvidosas.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Eu estou com a palavra, eu estou com a palavra aqui, Giannazi, mas eu gostaria de me colocar à disposição e pedir a ajuda de vocês para que esses dois únicos partidos que até agora não demonstraram apoio a esse Projeto possam, depois de uma conversa, de uma apresentação, de repente, mudar de opinião. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Muito obrigada e, Giannazi, depois se quiser, enfim, mas eu tenho que voltar a palavra, porque o que o Patrick falou, falou, falou, e eu acho que não está certo. Eu acho que ele também vai depois poder bater bola, mas eu tenho que me colocar no meu posicionamento. Sim, eu estive lá na sexta. Estar lá, explicar e não explicar para a categoria é algo totalmente diferente para mim, eu não estou sozinha na categoria. A categoria é 200 e... Aliás, 140 mil mais os gestores. Então, acho que é uma questão de você ter um pouco mais de cuidado com as afirmações que faz.

Eu lutei a vida inteira para ser autônoma, democrática, ter uma vida democrática. Eu não sou aliada do PSDB para cumprir ordens. Eu não cumpro ordens, tá? Eu quero, em outras palavras eu estou tentando dizer o seguinte: eu não fechei acordo com ninguém. O que está claro que eu não fechei que... Tem uma reunião para discutir, agora, se não puder discutir, deputado Giannazi, onde é que nós vamos parar? Quer dizer, fica monitorando a entidade Apeoesp. Não pode. Nós temos que ter liberdade, os partidos têm que ter liberdade, todos têm que ter liberdade, é isso! Agora, espera aí, a Secretaria fica lá em cima de nós, com tanta coisa acontecendo no Estado, estão em cima da Apeoesp. E que está querendo fazer proposta, eu fiz uma proposta aqui de tempo integral, ou não? Ou é errada a minha proposta? O senhor chegou a achar que estava certo.

Agora eu quero dizer o seguinte: hora de fazer o embate, deixasse para a Secretaria, para que puxar a faca aqui? Foi puxada a faca para mim aqui. Porque eu chamei a reunião, vocês perceberam? Então, eu não estou a fim disso, acho que tenho uma vida tranquila que convivi com diversos secretários de Educação, sempre fui recebida, quase que eu fui atendida pela funcionária e obviamente tiveram o cuidado de me receber. Então, eu acho que um pouco de respeito entre nós também é bom. Eu não estou aqui para me submeter, eu estou encaminhando, é isso que eu estou fazendo.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela ordem, só para... deputada Bebel, só mais uma... Eu acho importante que haja, tem que ocorrer esse debate que a Apeoesp está organizando, é importante até porque a Assembleia Legislativa é a Casa do povo e é aqui que você faz os debates. E dizer que nós também, o nosso mandato está... vai realizar um debate também, um encontro aqui com professores, alunos e pais em relação a esse projeto, na verdade contra esse modelo de escola de tempo integral. Porque é o espaço legítimo de debate e de discussão nosso. O encontro será no dia 5 de setembro.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Bom, está entre nós também o deputado Adalberto Freitas. Boa tarde, deputado, quer fazer uma fala?

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - Quero cumprimentar aqui a direção dos seus trabalhos, sempre excelente, Sra. Bebel. Cumprimentar o Patrick, já conheço ele já de... Vamos por esse aqui, o do Giannazi está melhor que os outros, hein, Giannazi. Cumprimentar vocês, cumprimentar...

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Giannazi foi embora.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSL - O microfone dele está melhor, eu falei. Então, cumprimentar vocês todos e vim aqui para dar uma observada, porque a Professora Bebel, grande amiga minha, sempre me convida para vir nas sessões e hoje eu estou participando um pouco aqui. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Bom, eu...

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Pela ordem, presidente. Só um ponto, eu imagino que o assunto, o debate, já tenha se encaminhado para o seu fim, mas eu tenho aqui uma lista de alguns Projetos, e aí já relacionado ao andamento desta Comissão... Bom, se quiser eu posso falar... Eu posso falar depois da Comissão aqui. É melhor.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Acho que é melhor.

O SR. DANIEL JOSÉ - NOVO - Sim, melhor, melhor.

A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL LULA - PT - Porque, como não tem nem quórum e são projetos de lei, eu acho que é melhor que... É, bom, eu agradeço a presença do Patrick, representando o Sr. Secretário da Educação e, encerradas manifestações, nada havendo a tratar, está encerrada a reunião.

Verba Editorial Ltda.

Agradeço a presença dos demais, peço desculpas aqui pelo... Às vezes as pessoas, enfim, eu não tenho poder de calar a boca de todo mundo. Infelizmente. Muito obrigada.

* * *

- É encerrada a reunião.

* * *